

Andrea Salles

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Viabilidade da
Recuperação Judicial
com Base em Plano Especial?

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2020

Copyright © 2020 by Andrea Salles

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1176822

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SA168m

Salles, Andrea

Microempresas e empresas de pequeno porte : viabilidade da recuperação judicial com base no plano especial? / Andrea Salles. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

212 p. : il., gráficos ; 21 cm.

Bibliografia : p. 167-182.

Possui anexo.

ISBN 978-65-5510-054-9

1. Falência. 2. Insolvência civil. 3. Recuperação judicial. 4. Sociedades comerciais - Recuperação - Brasil. 5. Sociedades comerciais - Reorganização - Brasil. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
1. Contexto da Lei Falimentar e das Pequenas Empresas no Brasil	7
1.1 Breve contexto do instituto da falência	8
1.1.1 Surgimento do Direito Falimentar no Brasil.....	10
1.1.2 O Decreto-Lei nº 7.661/1945	11
1.1.3 A Lei nº 11.101/2005.....	15
1.2 Breves aspectos da insolvência civil.....	20
1.2.1 Tratamento da insolvência na legislação estrangeira	21
1.2.2 Insolvência civil no Novo Código de Processo Civil.....	24
1.2.3 Necessidade de unicidade do regime de insolvência no Brasil	28
1.3 Contexto das pequenas empresas no Brasil.....	30
1.3.1 O contexto político-econômico a partir do século XV	30
1.3.2 Contexto político-econômico no Brasil.....	34
1.3.3 Contexto das micro e pequenas empresas brasileiras....	39
2. Princípio da Preservação da Empresa e Legislação Falimentar	47
2.1 Princípio de preservação da empresa	48
2.2 Legislação comparada falimentar.....	51
2.2.1 Legislação alemã	53

2.2.2 Legislação estadunidense.....	58
2.2.3 Legislação francesa.....	65
2.2.4 Legislação italiana	68
2.2.5 Legislação portuguesa.....	70
2.2.6 Legislação brasileira	74
3. Recuperações e Falência.....	81
3.1 Regras comuns à recuperação judicial e à falência.....	83
3.1.1 Quem está sujeito ao sistema falimentar ou pode beneficiar-se dele?	84
3.1.2 Onde tramitam os procedimentos?	85
3.1.3 Quais são os órgãos atuantes?	86
3.1.4 Como ocorre a verificação dos créditos?.....	86
3.2. Recuperação judicial	91
3.2.1 Quem pode pleitear?.....	91
3.2.2 Quais credores se sujeitam?.....	92
3.2.3 Como ocorre o processamento do pedido?.....	93
3.2.4 Quais meios de recuperação podem ser indicados no plano?	94
3.2.5 O que é necessário para a concessão da recuperação judicial?.....	96
3.2.6 Quando ocorrerá a convalidação em falência?	98
3.3 Recuperação extrajudicial.....	99
3.3.1 Quem pode pleitear?.....	99
3.3.2 Quais credores se sujeitam?	100
3.3.3 Como ocorre o processamento do pedido?.....	100

3.4 Inevitabilidade da falência	101
3.4.1 Quem pode pleitear falência?	103
3.4.2 Como ocorre a fase pré-falimentar?.....	104
3.4.3 Quais são os efeitos da falência?	105
3.4.4 Quais são os procedimentos incidentais?	108
3.4.5 Como os créditos são classificados?	110
3.4.6 Como se realizam o ativo e o pagamento do passivo?	111
3.4.7 Inabilitação e extinção das obrigações.....	112
4. A Recuperação Judicial com Base em Plano Especial.....	115
4.1 Quem pode pleitear?	117
4.2 Quais credores se sujeitam?	120
4.3 Como ocorre o processamento do pedido?.....	123
4.4 Quais meios de recuperação podem ser indicados no plano?.....	125
4.5 O que é necessário para a concessão da recuperação judicial simplificada?	131
5. Aplicabilidade da Recuperação Judicial Simplificada.....	137
5.1 Impacto econômico, aplicabilidade e eficácia do instituto.....	138
5.2.1 Imperioso tratamento unificado da insolvência.....	143
5.2.3 Desjudicialização e recuperação simplificada	149
Considerações Finais	159
Referências	167
Anexo de Figuras.....	183